

**OS IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS NAS ETNIAS GUARANI/KAIOWÁS E
ÑHANDEVÁS DA REGIÃO SUL FRONTEIRA (MS) ENTRE BRASIL E PARAGUAI,
DECORRENTES DA INSTALAÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA DO "PROGRAMA
LUZ PARA TODOS".**

Autor: José Germano da Silva Filho¹;

Orientadora: Silva Abreu².

INTRODUÇÃO:

Nesta pesquisa procuramos através de uma construção à **análise e a compreensão** sobre os principais impactos e repercussões **econômicos e sociais** nas Aldeias e/ou Reservas indígenas das etnias Guarani/Kaiowás e Ñhandevas na Região Sul-Fronteira do Estado do Mato do Sul – Brasil. Tendo como base o discurso programático (objetivos e proposições) decorrentes da mudança comportamental nestas comunidades após a implantação do Programa de Universalização do Acesso ao uso de Energia Elétrica o “LUZ PARA TODOS”. Para o qual buscamos manter um diálogo com a pesquisa de Iniciação Científica³ PIBIC/CNPq; dos mesmos autores. O Programa foi instituído pelo Governo Federal através do decreto nº. 4.873, de 11 de novembro de 2003, com o objetivo principal de atender o meio rural brasileiro até 2008, incluindo as áreas indígenas sem acesso a energia elétrica. Sendo considerado pela Eletrobrás, o Programa de inclusão elétrico mais ambicioso do mundo e pelo Governo Federal como um ousado sistema de desenvolvimento que, a longo prazo, estabelecerá alterações profundas e estruturais na sociedade brasileira. Com tais pressupostos, a pesquisa inicial teve como propósitos básicos, além de analisar a implementação do “Luz para Todos” na Região Sul-Fronteira (MS), mas também, identificar as novas direções sócio-econômicas após sua implantação, utilizamos também recortes tempero/espacial específicos resultados de análises comportamentais do povo indígena, Nesse sentido, utilizou-se como metodologia para procedimento da análise um levantamento bibliográfico, concernente à temática da fronteira com o Paraguai, em especial da região sul-fronteiriça, localizada na

¹ Acadêmico bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq; do Curso Geografia bacharelado da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados – MS. (BRASIL).

² Professora, Doutora Silvana Abreu – LAPLAN/CNPq. FCH/UFGD –(Orientadora)

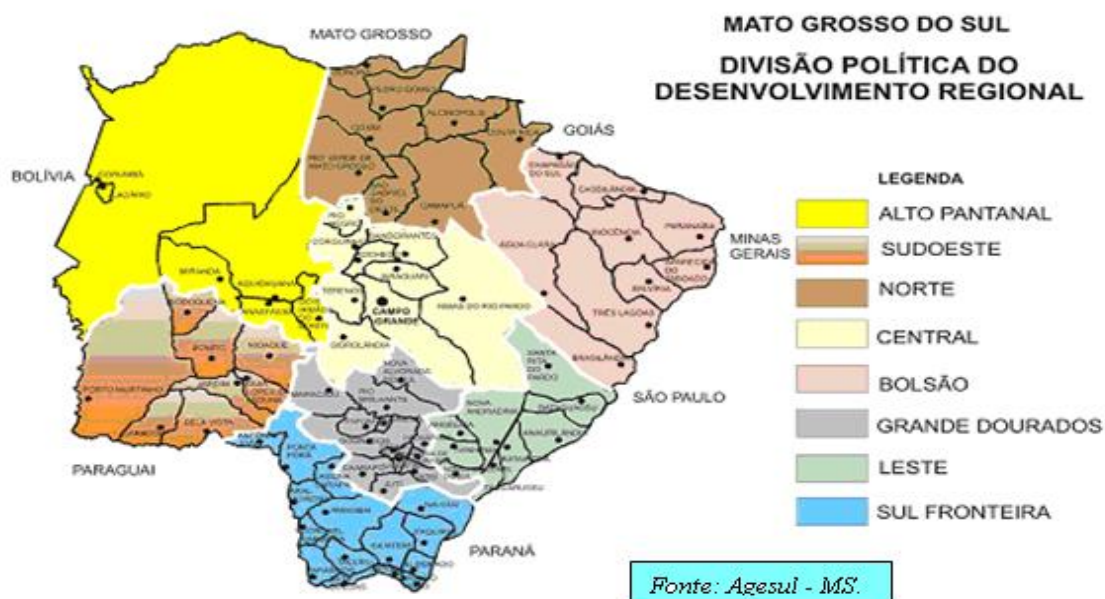
³ Pesquisa de Iniciação científica PIBIC/CNPq; O Programa “Luz para Todos” como política pública de geração de renda e inclusão sociais: O caso das comunidades indígenas Guarani e Kaiowá da Região Sul-Fronteira – (MS).

porção meridional de Mato Grosso do Sul. Igualmente, fez-se uma classificação das matérias publicadas pela imprensa desta região, além disso, para compreender as bases teóricas do programa levantamos informações, privilegiando, sobretudo, às publicações nos sítios eletrônicos governamentais. Recorremos diariamente às publicações do Ministério das Minas e Energia. Entrevistamos fundamentalmente as lideranças indígenas – capitão, caciques e professores, contemplados ou não com a oferta de energia elétrica via Programa, os agentes públicos e privados envolvidos na implementação do Programa; privilegiamos entrevista com o diretor do Comitê Gestor Estadual. Esta região foi definida pelo governo estadual em 2002, para fins de planejamento regional.

DESENVOLVIMENTO:

O Estado do Mato Grosso do Sul, segundo dados da Fundação Nacional da Saúde, tem uma população indígena de 41.554 habitantes. A Região Sul-Fronteira – RSF – concentraria, segundo a Fundação, 15.343 habitantes, o que representa 36,92% da população total do Estado distribuída em 10 dos seus 15 municípios, sendo: Ponta Porã, Antonio João, Laguna Carapã, Naviraí, Eldorado, Paranhos, Amambaí, Japorã, Coronel Sapucaia, Tacurú, Itaquiraí, Novo Mundo, Iguatemi e Sete Quedas. Desses, apenas 05 não tem aldeia indígena.

FIGURA 01 – REGIÃO SUL-FRONTEIRA



A Região Sul-Fronteira concentra 19 Aldeias/Reservas, onde predomina a etnia Guarani/Kaiowá e tem como base fundamental da sua cultura o *tekohá*, o espaço de

perambulação necessário para garantir a produção de sua existência (relação homem/natureza), e o *teko*, seu modo de ser, que seriam as relações sociais, valores e costumes, que garantem o pensar do índio Guarani/Kaiowá.

Embora boa parte da população indígena esteja aldeada (ou confinadas em Reservas), nos últimos anos temos vivenciado, na Região e no Estado, conflitos de terras envolvendo indígenas e não-índios proprietários de terras. A busca dessas comunidades não se dá por qualquer terra, mas por aquelas que consideram como tradicionais, onde estariam enterrados seus ancestrais; em função disso, consideram-nas de seu povo.

“Na verdade essas populações (...) se consideram como uma população cuja presença antecede a chegada e estabelecimento dos Estados Nacionais (...) Isto absolutamente não acontece no caso indígena, perderam quase a totalidade de suas terras para as frentes de expansão agropastoris na região. Atualmente embora os índio lutem para a ampliação das terras que dispõem, não reivindicam a totalidade de seu território. Eles aceitam de bom grado compartilhá-lo com os não índios radicados no território, com os quais reconhecem relações de, interdependências, pois compartilham o mesmo sistema inter-étnico.”⁴

Além do aspecto mítico relativo à terra, um outro aspecto a ser considerado é que as Reservas Legais demarcadas encontram-se em grande parte com superpopulação, o que não tem permitido a reprodução de sua existência indígena, tendo sido submetido à parca assistência promovida por governos e pela própria FUNAI. O índio não tem conseguido mais plantar a roça, as vezes nem mesmo o milho, para fazer a *xicha*, alimento fundamental nos rituais de batismo, casamentos, colheita etc.

A luta pela terra está umbilicalmente relacionada à luta pela vida. Os dados da FUNASA (2002), órgão responsável pela assistência médica das comunidades indígenas, demonstraram que o coeficiente de mortalidade infantil nos seis pólos do Distrito Sanitário Especial Indígena-MS, na Sul-Fronteira, é de 74/1000 índios nascidos vivos, em 2001.

Essa situação coloca a Região Sul-Fronteira entre as que apresentam os piores índices sociais, com mortalidade infantil que chega a média de 46/1000 nascidos vivos, enquanto a média do Estado é de 28/1000 e, no Brasil, 36/1000. Certamente, índices que vão além das questões patológicas e das questões culturais. Embora inexista uma explicação oficial para esse alto grau de mortalidade infantil na Região, há que se considerar o baixo nível de

⁴ PEREIRA, Levi Marques. *Abordagem histórica e antropológica da composição étnica dos municípios fronteiriços de Bela Vista e Coronel Sapucaia*. UFGD-FUNDECT/CNPq.

educação sanitária, principalmente das populações mais pobres e indígenas, de modo que os dados apresentados, de mortalidade infantil indígena, como já nos referimos, são indicadores de que a situação dos índios da Região é de profunda pobreza.

A falta de terras para produzir e viver seu *teko* e *tekohá*, bem como a influência do modo de viver do não-índio, são fatores que levaram a mudança em suas relações; o que se conflita com o “ser índio”, como um valor único. Muitas vezes esses conflitos conduzem ao suicídio, outras, à luta pelo resgate de sua cultura e sua dignidade.

Nesse sentido, o Governo Federal, principalmente, mas também os governos municipal e estadual vêm ao longo dos últimos anos implementando políticas no intuito de combater a fome e a mortalidade infantil, além de tentativas de geração de renda, no interior das aldeias. É o caso do turismo étnico, por exemplo, em que os índios são estimulados a receberem visitantes, demonstrarem danças, ainda que fora de época ou lugar, rezas e rituais e oferecerem artesanatos produzidos com materiais industrializados. É o caso, também de programas como o de distribuição de cestas básicas às famílias. Uma condição que, se supre a fome, por um lado, tem interferido diretamente na cultura, uma vez que os adultos deixam de cumprir com sua função produtiva e muitas vezes dedicam-se a vadiagem e ao alcoolismo. Nesse caso, todas as discussões tratadas aqui foram objetos de análises do projeto principal, as quais nos deram bases sociais, econômicas, políticas e culturais para complementar os dados da pesquisa.

Alem dos impactos sociais enfrentados pelos indígenas desde a colonização brasileira pelos portugueses, atualmente, o “Programa”, fomenta novas investigações, buscando entender os reflexos sócio-econômicos em consequência da introdução da energia elétrica nas aldeias e/ou reservas da Região, tendo como base de estudos a análise do debate decorrentes dessa nova realidade e consequentemente sua implementação na Sul-Fronteira.

Para desenvolver o projeto de Iniciação Científica buscamos acompanhar as pesquisas sobre o investimento do Governo Federal, desde a execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPA 2004-2007), “Plano Brasil para Todos”, em programas e políticas de desenvolvimento.

Assim sendo, em 2004, deu-se início a implantação do Programa Federal que teve como desafio acabar com a exclusão elétrica no País (Decreto 4.873, de 11/11/2003). O Programa Luz para Todos, cujo objetivo foi levar energia elétrica para 10 milhões de pessoas do meio rural, até 2008, sendo posteriormente prorrogado até 2010 através de decreto presidencial. Textualmente, o referido Programa apresentou-se da seguinte forma:

Dado o contexto apresentado, em que 80% da exclusão elétrica está no meio rural, o Governo Federal ... elaborou o Programa Luz para Todos, que objetiva garantir o acesso ao serviço público de energia elétrica a todos os domicílios e estabelecimentos do meio rural, melhorar a prestação de serviços à população beneficiada, intensificar o ritmo de atendimento e mitigar o potencial impacto tarifário, por meio da alocação de recursos subvencionados e pelo complemento de recursos financiados.⁵

Inicialmente, tomamos conhecimento desse Programa, conforme documentado no projeto de IC e já vimos investigando-o com vistas à compreensão das repercussões sócio-econômicas decorrentes da sua implantação que, de acordo com o discurso enfático do governo, esse Programa se apresenta como um arrojado sistema de desenvolvimento que em longo prazo estabelecerá profundas alterações nas estruturas sócio-econômicas da sociedade brasileira. O objetivo estatal foi utilizar a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico dessas populações, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar.⁶ A idéia é que a chegada da energia elétrica facilitaria a integração dos programas sociais do Governo Federal, além do acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento. Por isso, a ligação da energia elétrica até os domicílios seria gratuita – sobre esse fato recorreremos posteriormente - e incluiria a instalação de três pontos de luz e duas tomadas.

Para sua implantação, as prioridades de atendimento foram: projetos de eletrificação rural paralisados por falta de recursos; municípios com índice de atendimento a domicílios inferior a 85%, calculado com base no Censo 2000; municípios com Índice de Desenvolvimento Humano inferior à média estadual; comunidades atingidas por barragens de usinas hidrelétricas ou por obras do sistema elétrico; projetos que enfoquem o uso produtivo da energia elétrica e que fomentem o desenvolvimento local integrado; escolas públicas, postos de saúde e poços de abastecimento de água; assentamentos rurais; projetos para o desenvolvimento da agricultura familiar ou de atividades de artesanato de base familiar; atendimento de pequenos e médios agricultores; populações do entorno de Unidades de Conservação da Natureza e populações em áreas de uso específico de comunidades especiais, tais como minorias raciais, comunidades remanescentes de quilombos e comunidades extrativistas.⁷

⁵ “Programa Luz para Todos” In: www.mme.gov.br

⁶ “Energia elétrica para todos os brasileiros até 2008” In: www.mme.gov.br 11.03.2003.

⁷ www.mme.gov.br.

Sob essa perspectiva, não se incluiria as comunidades indígenas diretamente. No Mato Grosso do Sul, essas comunidades indígenas foram incluídas no programa após verificada “sobras de investimento”, decorrentes de muitas propriedades de produtores rurais que poderiam ser contemplados apresentaram tanto um, quanto outro, algum tipo de restrição. Sobre estes fatos discorreremos apenas quanto às análises das repercussões sócio-culturais e econômicas, à medida que trabalharmos os objetivos.

MATERIAL E MÉTODO

Como procedimento de pesquisa, fizemos um levantamento bibliográfico, concernente à temática da fronteira com o Paraguai, em especial da Região Sul-Fronteira. Igualmente, efetuamos um levantamento das matérias publicadas pela imprensa, enfatizando as publicações nos sítios eletrônicos governamentais. Além disso, passamos a acompanhar diariamente as publicações do Ministério das Minas e Energia, para coletar informações sobre o Programa, em todo o Brasil, mas principalmente, em Mato Grosso do Sul. Para complementar nossas pesquisas acompanhamos também fontes da Fundação Nacional de Saúde, Ministério da Educação e Secretarias Estadual e Municipal para legislação indígena quanto os Programas com Educação Indígena. Entrevistamos professores indígenas, da Região Sul-Fronteira, alunos do curso de Licenciatura Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, buscando a visão dos mesmos, juntamente com agentes de saúde índios, a fim de discernir sobre as repercussões sócio-econômicas e culturais, decorrentes da implantação do “Programa Luz para Todos” nessas comunidades como formadores de opinião. Nesse sentido, também implementamos o segundo projeto de Iniciação Científica PIBIC/CNPq, para o ano 2008/09, também com orientação da professora Dra. Silvana Abreu. Realizamos visitas a comunidades indígenas contempladas com o Programa. Embora encontrando dificuldades com chuvas e os conflitos pela terra na maioria das áreas existentes, além disso, é necessário a autorização da Funai e do acompanhamento da Polícia Federal para adentrar nessas áreas de risco. . (Item II Art. 10º IN 01/1995/ FUNAI).

Assim, foi possível visitar tais áreas, inclusive, porque é preciso entrar e, fundamentalmente, estabelecer contatos. Mesmo sendo pequeno o número de visitas, as entrevistas foram extremamente ricas sob o ponto de vista de “captar” o pensar do índio sobre a chegada da luz elétrica.

Outras entrevistas foram realizadas. A mais esclarecedora foi àquela realizada com o diretor do Comitê Gestor Estadual, que é a instância pública colegiada, na qual se definem as

prioridades, a fiscalização, o andamento do Programa. Outra entrevista importante foi com o representante da ENERSUL, empresa privada, concessionária estadual, responsável pela execução do “Luz para Todos”, na região Sul-Fronteira.

Na Região Sul-Fronteira, das 27 áreas entre legalizadas e não-legalizadas (08), 19 Aldeias foram atendidas com Programa, localizadas em 10 municípios: Amambai, Antonio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Eldorado, Japorã, Laguna Carapã, Paranhos, Ponta Porã e Tacurú.

De acordo com o diretor da FUNAI – regional de Amambaí - Sr. Cleomar Vaz (entrevista em 19.03.08) e confirmado pelo Representante do Comitê Gestor Estadual, Paulo Maia (entrevista 26.05.2008), apenas 10% das residências nas comunidades indígenas da Sul-Fronteira não foram contempladas com o Programa, totalizando, o atendimento de 2.782 famílias.

Isso, contudo, não significa que todos os moradores de cada uma das aldeias contempladas com o Programa receberam o benefício.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de determinar as proposições de implantação do “Programa Luz para Todos”, o governo federal, os governos estaduais e os agentes executores firmaram um termo convencional com interveniência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a ELETROBRÁS –, dirimindo as metas anuais de aplicação no sistema e os percentuais a cada participação financeira das respectivas fontes de recursos.

O Programa Luz para Todos, atendeu até o mês de dezembro de 2007 a quantidade de 1,4 milhões de famílias, o correspondente quantitativo a 7 milhões de pessoas, sendo que a meta do governo para 2008 era atingir 2 milhões de residências em todo o Brasil. Na Região Sul-Fronteira, segundo dados do Comitê Gestor Estadual (Entrevista, 26.05.2008), o Programa atendeu 2.782 famílias, o que significa 90% do atendimento de todas as residências, em suas 19 aldeias, conforme distribuição do Quadro 01.

REGIÃO SUL-FRONTIEIRA: DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA POR ALDEIA

Aldeias	Etnias	Cidades	Populações	
Amambai I	Guarani/Kaiowá	Amambai		
Amambai II	Guarani/Kaiowá	Amambai	7.030	
Jaguari	Kaiowá	Amambai	308	331
Limão Verde	Kaiowá	Amambai	1.226	315
Campestre	Kaiowá	Antonio João	425	3
Guassutí	Kaiowá	Aral Moreira	437	75
Taquaperi	Kaiowá	Cel. Sapucaia	2.816	533
Cerrito	Ñhandevá	Eldorado	563	73
Porto Lindo	Ñhandevá	Japorã	3.649	535
Guaimbé	Kaiowá	Laguna Caarapã	412	57
Rancho Jacaré I	Kaiowá	Laguna Caarapã		29
Rancho Jacaré II	Kaiowá	Laguna Caarapã	346	40
Paraguassu	Kaiowá	Paranhos	581	49
Pirajuí	Ñhandevá	Paranhos	2.050	129
Potreiro Guassú	Ñhandevá	Paranhos	514	30
Kokoei	Kaiowá	Ponta Porá	155	1
Jaguapiré	Kaiowá/Ñhandeva	Tacurú	779	71
Sassoró	Kaiowá/Ñhandevá	Tacurú		312
Sassoró	Kaiowá/Ñhandevá	Tacurú	2.078	2
			23369	2782

FONTE: FUNASA, Dourados-MS. Organizado pelo autor.

No Brasil, pretendeu-se em 2008, atender mais 564 mil domicílios, para assim cumprir sua meta de 10 milhões de pessoas do meio rural, beneficiadas com a energia elétrica.⁸

Em todo o país, conforme nota da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, de acordo com o balanço anual de 2007, publicada em 19.12.2008, a partir do início de suas obras em 2004, foram gerados 215 mil empregos diretos e indiretos. Foram utilizados 508 mil transformadores, 3,3 milhões de postes e 634 mil quilômetros de cabos elétricos, favorecendo empresas de matérias elétricos e eletrodomésticos. A perspectiva do governo foi que a implantação do Programa, na primeira fase, no Mato Grosso do Sul deveria gerar aproximadamente 7,5 mil empregos diretos e indiretos (Notícias do Senado, 07.04.2008).

Em 2006, conforme pesquisa (MME), no Brasil, 44,1% das famílias entrevistadas, inclusive as indígenas, passaram a ter televisão e 35,7% adquiriram bomba de água, ventiladores etc. Além disso, 23,4% das famílias atendidas disseram que pelo menos uma pessoa de seus familiares migraria para a cidade caso não fossem contemplados com a energia elétrica, somente esse fato totalizaria 330 mil pessoas.⁹

⁸ Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – Nota: Boletim de 19.12.2008 referente ao Balanço do “Programa Luz para Todos”- Dez/2007 -<http://www.mme.gov.br>.

⁹ Secretaria Comunicação Social: Idem

A meta que para o Mato Grosso do Sul inicialmente (2003 – IBGE) correspondia a 19.326 domicílios rurais, passou para 29.400 domicílios a partir das propostas cadastradas junto à Enersul (Conselho de Consumidores da Enersul – CONCEN, em 20.06.2006). Tal condição levou a Enersul a encaminhar ao Ministério das Minas e Energias nova meta de 2006 para 2008, conforme previsto na Resolução nº. 223/Aneel, como prazo, o ano de 2013.

Para se ter uma idéia do “Programa Luz para Todos” como Políticas Públicas, para somar as análises, esclareceremos alguns fatos apresentados no Projeto IC – 2007/087. Os investimentos previstos inicialmente (1ª fase do Programa foi até julho de 2005) para Mato Grosso do Sul, foram da ordem de 133 milhões para todo o Programa, sendo 75% deste valor do tesouro federal e o restante custeado pelo governo estadual, concessionárias e cooperativas de eletrificação rural, conforme determinação do Programa.

Todavia, constatamos que essa previsão foi ultrapassada, tendo alcançado um investimento de R\$272,2 milhões para levar energia elétrica a assentamentos¹⁰, aldeias indígenas, comunidades quilombolas e pequenas, médias e grandes propriedades rurais, beneficiando 122 mil pessoas com 24,4 mil ligações, utilizando 11,3 mil quilômetros de rede. Do total de investimentos o Governo Federal arcou com R\$204,3 milhões.¹¹

Os dados técnicos da implantação do Programa Luz para todos, impactos ambientais, as responsabilidades do Comitê Gestor, custos e otimização dos recursos públicos, etc., não serão apresentados aqui, uma vez que as diretrizes da análise enfocam os impactos econômicos e sociais posteriores a implantação, as quais poderão ser encontradas nos ANAIS do Encontro de Iniciação Científica UFGD/UEMS-2008, ocorrido em Dourados – MS. Destacamos apenas parte da entrevista do Coordenador do Comitê Gestor Paulo Maia, informando que não teria sido contratado antropólogo para traçar o perfil de cada aldeia, havendo a aprovação da implantação pela maioria dos índios, exceto um que por questão cultural não aceitou a energia em sua casa. Outro fato é que as famílias atendidas, que sejam da classe residencial, terão ligação monofásica. Aquelas que têm consumo inferior a 80 kWh/mês terão desconto na conta de luz, conforme previsto na legislação.

No caso dos indígenas, a quantidade estimada de atendimento que girava em torno de 2.800 índios, já chega ao número de 6.000, é o que informa a Eletrosul¹² possibilitando o atendimento de vários outros consumidores convencionais, uma vez que a distância entre as residências é menor que os 200 metros estipulado para cada atendimento. Esse número

¹⁰ Sobre o Programa Luz para Todos nos assentamentos da Região Sul-Fronteira ver Helfenstein (2007).

¹¹ MME, Boletim Senador Delcídio do Amaral – 06.04.2008 – Divulgação: Paulo Fernandes.

¹² Entrevista com Paulo Maia – Comitê Gestor do “Luz para Todos” em Mato Grosso do Sul.

poderia ser maior, mas também nas áreas indígenas existem restrições. Uma delas é a legalização/demarcação da área, a outra é o tipo de instalação, que necessita ser de alvenaria e/ou, pelo menos de madeira, com cobertura de telhas em amianto ou cerâmica. (

Particularmente na Região Sul-Fronteira, os dados fornecidos pela sub-regional da FUNAI de Amambai, indicam que o índice de atendimento domiciliar com energia elétrica é de 90%.

Contudo, constatamos também que existem ainda oito áreas não legalizadas e/ou em conflito que estão fora do atendimento desse Programa. Detalhes sempre presentes e que devem ser considerados para analisar os dados oficiais e entendê-los na lógica que estão sendo produzidos.

Sob o ponto de vista das lideranças indígenas cujas áreas foram contempladas pelo Programa, na Região, o acesso à energia é satisfatório, mas relacionam muito pouco a oferta de energia às possibilidades de produzir renda, inclusive porque um aspecto que já está sendo discutido é que a potência de energia oferecida é baixa.

Essas observações decorrem de análises de dados já levantados através de entrevistas realizadas.

Outro fator importante é quanto à inadimplência, existem muitos motivos, entre os quais, a data do pagamento das faturas não coincide com o recebimento nas usinas de álcool, onde trabalham parte significativa dos índios de sexo masculino, que segundo representante da Funai, promovem constantes atrasos salariais, fazendo com que os índios permaneçam até setenta dias no corte da cana.

Outro problema informado pelo Sr. Cleomar Vaz, em entrevista, é que a maioria dos índios-aposentados possui empréstimos com “agiotas”. Com a chegada da energia elétrica, houve um aumento de crédito ao índio, sem precedentes, pelos comerciantes. De modo que tem sido comum o endividamento dos indígenas pela compra de bens materiais e eletroeletrônicos.

Segundo este funcionário da Funai, há também um outro tipo de ação por parte dos donos de mercado. A denúncia é que eles ficam com o cartão de crédito do índio para as despesas que por terem o benefício do transporte e da mercadoria se obrigam a comprar no local, não delatando o comerciante. Essa somatória de fatos contribui para aumentar a inadimplência com a companhia energética. Atualmente, as faturas a serem pagas pelos índios tem sido de R\$ 70,00 a R\$80,00, quando deveriam pagar em média R\$ 20,00 pela energia. Esse é o limite que lhes cabia como média básica, conforme nos informou o Sr. Cleomar Vaz. Outro problema, também, que favorece a situação é que ainda não existe nenhum posto de

recebimento das tarifas nas aldeias.¹³ . Estes problemas também são abordados nas entrevistas com os professores e os agentes indígenas envolvidos .

Nesse contexto, uma das possibilidades que vem sendo estudada é a criação de um programa de ressarcimento das contas em atraso. O objetivo é oferecer parcelamentos e garantir o acesso do indígena a energia elétrica. Assim, o governo poderia assumir as contas em atraso até para reiniciar a implantação da energia nas áreas não atendidas, uma vez, que estas tiveram seus limites prorrogados até 2010.¹⁴

É o caso de Arroyo Corá (Kaiowá) – no município de Paranhos –, que deverá também receber os benefícios, pois já possui escola e posto de saúde em funcionamento, atributos necessários para a implantação da energia pelo Programa, porém a legalização da terra também é um requisito. Condição ainda em andamento.

Outro caso é a Aldeia Sete Cerros (Kaiowá/Ñhandéva), também em Paranhos, cujas casas estão inadequadas à instalação da energia, pois não possuem alvenaria e/ou madeira com cobertura de telhas em amianto e/ou cerâmica, conforme previsto no Programa.

As outras seis aldeias em áreas indígenas ainda não regularizadas são: Nhanderu Marangatu (Kaiowá), em Antonio João; Jatayvary (Kaiowá), também denominada por Lima Campo em Ponta Porã; Sombrerito (Ñhandéva) em Sete Quedas e o acampamento Santiago Kuê (Kaiowá), no Município de Naviraí. Para essas que estão nessa condição não existe previsão de promoção de acesso.

CONCLUSÕES

Entendemos que o número de atendimentos do “Programa Luz para Todos” poderia ser maior, houve dificuldade no atendimento as famílias. Além das restrições existentes nas áreas indígenas, a rapidez do processo comprometeu a reforma e ordenação das casas, muitos não puderam providenciar os documentos e também, segundo os professores faltou vontade dos responsáveis do projeto. Uma delas é a legalização/demarcação da área. Outra é o tipo de instalação, que necessita ser de alvenaria e/ou, pelo menos de madeira, com cobertura de telhas em amianto ou cerâmica.

Contudo, constatamos também que existem ainda oito áreas não legalizadas e/ou em conflito que estão fora do atendimento desse Programa e de qualquer outro. Detalhes sempre presentes e que devem ser considerados para analisar os dados oficiais e entendê-los na lógica que estão sendo gerados.

¹³ Entrevista com Cleomar Vaz - FUNAI: Idem

¹⁴ Entrevista com Paulo Maia, Comitê Gestor Estadual – ENERSUL – Campo Grande. 26.05.2008

Sob o ponto de vista das lideranças indígenas, da região Sul Fronteira, cujas áreas foram contempladas pelo Programa, o acesso à energia é positivo. Mas quando indagados sobre a vida antes da energia elétrica, a maioria respondeu que viviam sem preocupação, tranquilos, era normal, mesmo usando faroletes e velas, sem eletrônicos e informações, não precisavam pagar nada, nem havia o perigo com as crianças. Além disso não possuem um local de recebimento nas aldeias e para pagar a conta precisam gastar com ônibus até a cidade mais próxima. O mesmo acontece em caso de danos decorrentes da energia, pois não possui nenhum treinamento técnico nas aldeias, piorando a demanda de trabalho.

No entanto, relacionam muito pouco a oferta de energia a possibilidades de produzir renda, inclusive porque um aspecto que já está sendo discutido é que a potência oferecida é baixa e até o momento não está sendo desenvolvido nenhum programa relevante de esclarecimento e incentivo para incorporação de rendas para as comunidades indígenas. Somente para os que puderam montar um pequeno comércio, adquirir eletrodomésticos e guardar seus produtos houve pequena melhoria, já para os outros piorou muito pois, agora precisam pagar as prestações das lojas, e parte do dinheiro da alimentação, que já era pouco, é direcionada para o consumo de luz, por outro lado outros disseram haver mais caprichos nas construções, vontade de vencer e interessante é que o fato acabou provocando todos.

Para o professor Adriano Morales, os indígenas trabalham menos, para assistir TV. E ouvirem música por horas e horas.

Quanto aos programas de infra-estrutura, para o professor Huto Vera, não foi desenvolvido o saneamento básico, e Segundo Morales, por falta da rede de água, as construções populares que foram aprovadas, foram embargadas por falta de água para as obras.

Segundo Morales, os índios ficaram surpreendidos pelo acontecimento, mas perguntados sobre as últimas informações e sobre as descobertas no mundo todo, o professor Ildo Pires, foi enfático: “ Não temos informação de nada, o que recebemos é a profunda ignorância dos brancos, inclusive pelas próprias autoridades”. Já para o professor Pedro Duram, o acesso a informática, ensina como resolver muitos problemas internos da Aldeia.

Houve mudança no comportamento das crianças, mudando o comportamento futuro. Antes podiam se divertir mais à noite e receber ensinamentos dos mais velhos, agora trabalham de dia para ajudar a pagar a luz e as outras contas e estudam à noite, as crianças descobriram muitas coisas, mais também a imitar a Xuxa, ouvir som muito alto, e as histórias de herói. Inclusive o aumento do consumo de drogas e bebidas alcoólicas entre aqueles que podem pagar. A educação nas escolas, segundo Morales melhorou, aumentou o número de

alunos, mas, a saúde não. Segundo Ildo Pires, em sua escola a “Potrero Guassu” não tem água, e desde o começo a escola de Valentim Pires, falta equipamento completo para odontologia, contradizendo partes das principais metas do governo. Os médicos atendem no máximo duas vezes por semana e apenas vinte pessoas por dia, normalmente não tem remédios no posto, quando vem ou o paciente sarou com ervas caseiras ou morreu.

Perguntados como vêem a vida no futuro, Morales disse que ainda vai morrer muita gente para melhorar. Ildo disse que talvez possa mudar muita coisa. O professor Huto disse “que melhor formação e informação servem de suporte para a construção e consolidação da educação escolar, só depende de quem administra”. Valentim:” O futuro tem que construir uma gestão indígena sem prejudicar nossa identidade guarani”. “Jonatas disse: As coisas vai piorar”, e Pedro Duram afirmou que “ pelo nosso esforço e pela ajuda do governo, seremos também conquistadores”.

Essas observações decorrem de análises de dados já levantados através de entrevistas realizadas. O fato é que não é objetivo do Programa promover outra ação que não seja o acesso, no caso das comunidades indígenas, inclusive, porque, como dissemos, eles foram contemplados pelas condições de sobra de orçamento promovida pelo número significativo de demanda não possível de ser atendida.

A experiência dessa pesquisa inicial nos conduziu a conclusão de que a informação colhida no interior das aldeias, junto a lideranças políticas, não nos permite constatar repercussões sócio-culturais da instalação da energia elétrica no espaço das aldeias e Reservas na Região Sul-Fronteira. Qualquer afirmação nesse sentido seria especulação.

O “Luz Para Todos”, claramente estabelece novos vetores socio-culturais cuja implantação provoca deslocamentos ao intuir mudanças a essas comunidades tradicionais, incorporando-lhes conhecimentos até então incompreensíveis a luz da razão de seu modo de ser e agir, mundo ao qual viver sem energia lhes conferia algum isolamento. Contudo, não é possível avaliar ou afirmar a existência de impactos sócio-culturais concretos.

Um aspecto inerente ao Programa, é que um dos atributos considerados para que uma aldeia possa receber o Programa, é a existência de escolas e/ou posto de saúde em funcionamento na área, nesse sentido, percebemos que para além das lideranças consolidadas (caciques e/ou capitães), os professores e agentes de saúde, indígenas, são fundamentais para a análise que nos propusemos a realizar porque são sujeitos que dialogam com a cultura não-índia, agindo como interlocutores entre as culturas e entre a cultura indígena e os governos, além de serem, pelo “conhecimento” lideranças formadas. Refiro-me aos professores formados no Magistério Indígena *Teko Arandu*, que atuam nas escolas das aldeias, e aos

agentes de saúde da Funasa, que atuam nos postos de saúde, no interior das áreas indígenas, na Região Sul-Fronteira. São concursados e índios.

Assim, para o objetivo que é o de compreender as repercussões sócio-culturais da instalação da energia elétrica no espaço das aldeias e reservas na Região Sul-Fronteira, faz-se necessário considerar o dizer dos professores e agentes de saúde que atuam nas áreas contempladas pelo Programa Luz para Todos.

Eles são sujeitos do processo, que agem nos segmentos da formação mais diretamente. Além disso, a energia também atende aos postos de saúde, permitindo mudanças no atendimento e serviços prestados aos indígenas e às escolas, que passam até a receber instrumentos de ensino diferenciados. É o caso de computadores, por exemplo e também pela sua expressão em termos de concentração de população indígena.

Nesse sentido, propomo-nos continuar avaliando a aplicabilidade da política proposta à realidade dessas populações, seus desdobramentos e contradições, principalmente no que diz respeito à garantia da sua subsistência, sua cultura e identidade, e também o “Programa Luz para Todos” enquanto política pública implantada nas áreas indígenas da região a partir da visão dos professores e agentes de saúde índios. Vale dizer, este Programa – através de decreto presidencial – foi prorrogado até 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAND, A.J., FERREIRA E.M.L& AZAMBUJA, F. O Kaiowá e Guarani e os processos de ocupação de seu território em Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, R.A. *A questão em Mato Grosso do Sul – uma visão multidisciplinar*. Campo Grande, MS. UFMS, 2008, p.27-51.
- Dicionário TrilingueAvá Guarani Ayyu Ñe ~engueru Asunción – Paraguai, 2004.
- BOLETIM SENADOR DELCIDIO DO AMARAL, 06.04.2008.
- PEREIRA, L.M. *Abordagem histórica e antropológica da composição étnica dos municípios fronteirços de Bela Vista e Coronel Sapucaia*. Relatório de Pesquisa/Fundect. s/d
- HELFENSTEIN, A.M. *Uma análise do Programa “Luz para Todos” como política pública de desenvolvimento do Mato Grosso do Sul: os assentamentos rurais da Região Sul-Fronteira*. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, MS, 2007. (monografia)

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AZANHA, G. “Sustentabilidade nas sociedades indígenas brasileiras” In: *Revista Tellus*. Campo Grande: EDUCDB, 2005.
- BRAND, A.J., FERREIRA E.M.L& AZAMBUJA, F. O Kaiowá e Guarani e os processos de ocupação de seu território em Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, R.A. *A questão em Mato Grosso do Sul – uma visão multidisciplinar*. Campo Grande, MS. UFMS, 2008, p.27-51.
- BOLETIM SENADOR DELCIDIO DO AMARAL, 06.04.2008.

- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Programas de desenvolvimento regional. PPA 2004-2007*. Brasília: Secretaria de Programas Regionais, 2003.
- BRASIL. Ministério das Minas e Energia. *Programa Luz para Todos*. In: www.mme.gov.br
- Dicionário Trilingue Avá Guarani Ayyu Ñe ~enguaryru Asunción – Paraguai, 2004.
- GALLOIS, D. T. Cultura “indígena” e sustentabilidade: alguns desafios” In: *Revista Tellus*. Campo Grande: EdUCDB, 2005.
- GRUENBERG, F.P. & AOKI, C. – *Informações básicas sobre temas fundiários para os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul – Ponta Porã (MS)*, 2004.
- LAMOSO L P. “Transformações recentes no território sul-mato-grossense” In: *Revista de Geografia*. Campo Grande: Ed. UFMS, jul./dez. 1999, p.31-43.
- LANDA, B.S. O uso do espaço da terra indígena Porto Lindo/Jakarey, município de Japorã - MS através da abordagem etnoarqueológica. In: *Anais XIII Congresso da SAB*. Campo Grande, 2005.
- MATO GROSSO DO SUL. Diretrizes Estratégicas para o Desenvolvimento com Justiça Social. Construindo o novo Mato Grosso do Sul. *Plano Plurianual 2004-2007*. Campo Grande, 2003.
- MATO GROSSO DO SUL. *A história e a cultura fortalecendo a identidade étnica guarani*. Campo Grande: Setass, 2005.
- MATO GROSSO DO SUL. Governo de. *PPA 2004-2007 - Construindo o novo Mato Grosso do Sul*. Campo Grande : SEPLANCT. 2003.
- MATO GROSSO DO SUL. Plano regional de desenvolvimento sustentável região Sul-Fronteira. Campo Grande : Seplanct, 2002.
- MELIA, B.&TEMPLE, D.- *El don, la venganza y otras formas de economia gurani* –Centro E.P. – Antonio Guasch – Asunción del Paraguay,2004.
- PEREIRA, L.M. *Abordagem histórica e antropológica da composição étnica dos municípios fronteirços de Bela Vista e Coronel Sapucaia*. Relatório de Pesquisa/Fundect. Apostila s/d
- SOUZA, A. O. & DANTAS, O. *Plano regional de desenvolvimento da região Sul Fronteira*. In: 4ª Seminário Internacional Humboldt. Puerto Iguazu (Argentina), 2004.
- TETILA, J.L.C. Marçal de Souza – *Tupã’I – Um Guarani que não se cala*. Campo Grande_ MS. ACS. UFMS, 1994.

CENTRINHO DA ALDEIA PORTO LINDO – JAPORÃ- SUL-FRONTEIRA – MS.



FOTO: Adauto.